

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PROCEDIMENTO AD/139/2024: Aquisição de mobiliário industrial para as reservas do Museu Nacional do Azulejo

A Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. vem pelo presente convidar V. Exas. a apresentar proposta no âmbito do procedimento pré-contratual de ajuste direto, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, destinado à celebração de um contrato de aquisição de mobiliário industrial para as reservas do Museu Nacional do Azulejo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 112.º do CCP, nos termos e condições que a seguir se indicam:

Artigo 1.º - Entidade Adjudicante e Decisão de Contratar

A entidade adjudicante é a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (“MMP”), pessoa coletiva n.º 517 804 417, com sede em Lisboa e instalações sitas na Ala Sul do Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, tendo a decisão de contratar sido tomada, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, por deliberação do Conselho de Administração, no âmbito dos poderes conferidos a este órgão pelo artigo 8.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro.

Artigo 2.º - Fundamento da escolha do tipo de procedimento

Foi adotado um procedimento e ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 16.º, da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º e artigos 112.º a 127.º do CCP.

A escolha do procedimento pré-contratual de ajuste direto baseia-se estritamente em critérios de valor.

Artigo 3.º - Preço Base

O preço base, enquanto preço máximo que a MMP se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de EUR 10.206,14 (dez mil, duzentos e seis euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O preço base resultou da consulta preliminar efetuada ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

O preço base inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à MMP, designadamente as despesas eventualmente incorridas com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos do adjudicatário, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

Artigo 4.º - Documentos da Proposta

Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

Deste modo, o concorrente deverá apresentar:

- 1) Declaração de acordo com o **Anexo I ao CCP**, conforme modelo disponibilizado em anexo ao presente Convite (cf. **Anexo I**);
- 2) Documento, preenchido em conformidade com o **Anexo II** ao presente Convite, com a indicação do **Preço (global) e os preços unitários**, correspondentes à totalidade dos bens a entregar;
- 3) Documento(s) comprovativo(s) dos **poderes do assinante** da proposta para representar e obrigar o concorrente, designadamente a certidão permanente do registo comercial.

A proposta, bem como todos os documentos que a compõem, devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela especificidade técnica, tenham de ser redigidos em língua estrangeira (inglês).

Artigo 5.º - Prazo e Modo de Apresentação das Propostas

A proposta deve ser apresentada até às 23H59 do 3.º (terceiro) dia a contar da receção do presente Convite, através da plataforma acinGov.

Artigo 6.º - Esclarecimentos e Erros e Omissões

Até ao termo do primeiro terço do prazo para a apresentação das propostas, o interessado pode solicitar, por escrito, os esclarecimentos entendidos como necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma acinGov, nos termos do disposto nos artigos 50.º e 116.º do CCP.

Os esclarecimentos serão prestados por escrito, via plataforma acinGov, até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação da proposta, sendo o interessado notificado desse facto, nos termos da competência delegada pelo órgão competente.

Até ao termo do prazo previsto no n.º anterior pode a entidade adjudicante proceder à retificação das peças do ajuste direito, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 50.º do CCP.

Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta o interessado pode apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, através da acinGov.

A decisão sobre as listas de erros e omissões detetados pelo interessado será notificada ao mesmo e junta às peças do procedimento.

Será ainda aplicável, neste âmbito, o disposto no artigo 64.º do CCP.

Artigo 7.º - Prazo de Manutenção da Proposta

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, o qual não será prorrogável.

Artigo 8.º - Melhoria da Proposta

O concorrente poderá ser convidado a melhorar a sua proposta, conforme possibilidade prevista no n.º 2 do artigo 125.º do CCP.

Artigo 9.º - Proposta Variante

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º - Caução

Atendendo a que o preço contratual será inferior a €500.000,00, não haverá lugar à prestação de caução, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 11.º - Documentos de Habilitação

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve entregar, no prazo de 3 (três) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- 1) Declaração conforme Anexo II ao CCP, também anexa ao presente Convite (Anexo III);
- 2) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do CCP, a saber:
 - a. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direcção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
 - b. **Certificado de registo criminal da entidade adjudicatária**, destinado a comprovar que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
 - c. **Situação regularizada** relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - d. **Situação regularizada** relativamente a **impostos** devidos em Portugal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

3) Documentos comprovativos de que é titular das habilitações legais para o exercício da prestação de serviços, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 81.º do CCP, caso aplicável;

4) Documento comprovativo de inscrição efetuada no Registo Central de Beneficiário efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto – ou o respetivo código de acesso, se aplicável.

Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, podendo, quando a sua própria origem ou natureza o exigirem, ser redigidos noutra língua, devendo, nesse caso, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e de declaração de prevalência da tradução sobre original, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

Caso seja detetada alguma irregularidade nos documentos apresentados, será concedido um prazo de **2 (dois) dias**, a contar da expedição da notificação, para a sua supressão.

Artigo 12.º - Contrato

O contrato será reduzido a escrito, em cumprimento do disposto no artigo 94.º do CCP.

Lista de Anexos:

Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;

Anexo II – Modelo de Documento com a indicação do preço;

Anexo III - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

Nota: Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço eletrónico www.acingov.pt ou do telefone 707451451 ou através do e-mail: apoio@acingov.pt das 09:00 às 19h00, em dias úteis.

Anexo I

Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1, do artigo 57.º do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II
Proposta de Preço

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de contratação ... a que se refere o Convite recebido em ..., obriga-se a executar a referida prestação de serviços, em harmonia com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos, as quais declara aceitar, sem reservas, nas seguintes condições:

Preço global da proposta: € [...] ([por extenso]), com os seguintes preços unitários:

Quantidade	Designação	Preços Unitários
13 peças	Bastidor LT 75 600x2500	
15	Bastidor LT 75 1200x2500	
80	Niveladores LT 75	
84	Bucha metálica M12x90	
80	Viga S15-LT 95 c/1800	
160	Freio de segurança	
60	Reforço CP c/ 600 Aba Virada (3 por nível)	
60	Reforço CP c/1200 Aba Virada (3 por nível)	
20	Tampo CP 1800x600x22mm AGL	
20	Tampo CP 1800x1200x22mm AGL	
1	Montagem de Racks existentes 4 Unidades Duplas	

2 – Esta proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias a contar da data-limite para a sua apresentação.

3 – O preço correspondente aos serviços prestados à MMP, acima identificados, será pago na sua totalidade, desde que cumpridas todas as obrigações fixadas no Caderno de Encargos.

4 – As condições de pagamento são as constantes do Caderno de Encargos.

5 – Às quantias *supra*, quando aplicável, acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

Anexo III

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede), adjudicatário(a) no procedimento para ... declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º